

UM POUCO DE HISTÓRIA EXTERNA DA LÍNGUA PORTUGUESA

José Mario Botelho (UERJ e ABRAFIL)
botelho_mario@hotmail.com

1. Introdução

Certamente, quando se deseja falar sobre a história da língua portuguesa, a primeira informação que nos vem à lembrança é de que o português é uma língua neolatina e, por conseguinte, tem a sua origem na língua latina, falada na península Ibérica pelos povos romanizados.

Não nos lembramos, portanto, do enorme lastro de história existente entre o uso efetivo da língua latina na região, onde se instituiu o reino de Portugal e o início da língua portuguesa propriamente dito nessa mesma região. Não nos vem à lembrança, por conseguinte, das diferentes situações por que passou a língua falada pelos povos daquela parte da península Ibérica depois das invasões dos povos góticos, que determinaram o fim do Império Romano no século V da nossa era.

De certo, o latim vulgar – língua falada em todo o Império Romano – é a origem mediata da língua portuguesa. Acresce-se que as línguas românicas são formas modificadas dessa modalidade da língua latina. Das línguas românicas surgiram as línguas neolatinas, em cuja classificação está inserida a língua portuguesa. Logo, além de muitos elementos linguísticos do período de formação das línguas românicas, certos fatos históricos são fundamentais para a história externa da língua portuguesa.

A partir da descrição desses elementos, pode-se estabelecer um período pré-histórico e um proto-histórico do português, que, juntos ao período histórico, compõem a história da língua portuguesa.

Portanto, desde a queda do Império Romano até a fundação de Portugal, a língua falada pelos povos daquela região (até então, o latim vulgar) não era mais a língua latina, que se dialetava profundamente e diferentemente nos diversos reinos que se formavam na península. Poder-se-ia dizer que surgiam várias línguas daquele princípio caótico, causado pelo domínio dos bárbaros góticos, que destruíram as escolas, os templos, as estradas e praticamente tudo que garantia até então certa unidade da língua latina.

Deu-se, pois, a dialeção do latim vulgar, que já não era, nem mesmo no tempo do domínio romano, uma língua homogênea. Tal asserção vai ao encontro do que afirma Mattos e Silva:

Poderíamos dizer, parafraseando, que nada, ou quase nada, nas línguas se perde, tudo se transforma e é observando o passado que se podem recuperar surpresas que o presente, com frequência, nos faz. Para algumas perplexidades que a variação sincrônica levanta, um rápido olhar para a história passada esclarece. (MATTOS E SILVA, 2001, p. 13)

Certamente, muitos dados gramaticais do português dos nossos dias podem ser explicados, como alerta Mattos e Silva, a partir do estudo da história externa da língua; muitas idiossincrasias e outras complexidades linguísticas perdem a força que as norteia e justifica tais caracteres, e passam a ser encaradas como normalidades linguísticas por pertencerem a um dos paradigmas previstos no sistema da língua.

Não cabe nesse artigo descrever tais fatos, mas se faz necessário lembrar de que eles existem em consequência da rica história da língua portuguesa, que constitui, em parte, o objetivo deste nosso estudo.

2. *O início da história externa da língua portuguesa*

O Lácio – pequena aldeia às margens do rio Tibre –, onde tudo começou...

O latim era uma língua rude, falada no Lácio – exígua região da Itália Central, onde se estabeleciam várias pequenas aldeias até mais ou menos os meados do séc. VIII a.C.

Embora seja o latim vulgar a língua que deu origem às línguas românicas, que, mais tarde, deu origem ao português, não se faz mister escrutá-lo, uma vez que a língua portuguesa não se origina tão somente daquele, e tampouco diretamente; o português é, na verdade, uma miscelânea de várias outras línguas. No entanto, não se pode negar que é a principal língua dentre aquelas que constituem a língua portuguesa em si e, principalmente, o seu léxico, já que o nosso vocabulário se formou do vocabulário latino, tendo o acusativo como o caso lexicogênico da língua.

A língua latina, de fato, faz parte da história do português, porquanto compõe o que denominamos “período pré-histórico”, quando os soldados romanos chegaram à península Ibérica. Tal período se estende

até aproximadamente ao século IX, quando se inicia o “período proto-histórico”.

Sabe-se que, depois que o povo romano unificou a península Itálica, estabelecendo o seu Império nas terras italianas continentais e, em seguida, as ilhas do Mar Mediterrâneo (Sicília, Córsega e Sardenha), o Império Romano se estendeu para o resto da Europa ocidental, para o norte do litoral da África e para as terras litorâneas do Oriente.

À península Ibérica, região onde se deu a evolução do latim vulgar, do qual se origina a língua portuguesa, os romanos chegaram no século III a.C. e lá encontraram povos que habitavam aquele solo (celtiberos e o povo basco, além dos estrangeiros: gregos, fenícios e cartagineses, que se estabeleciam ao Sul da península).

É natural que a linguagem dos soldados romanos, os quais conquistavam terras longínquas, se distanciasse da linguagem daqueles que mantinham um contato mais direto e efetivo com Roma. Além de a distância dificultar e até mesmo impedir o contato com os falares de Roma, que também se modificava rapidamente, o contato com as linguagens dos habitantes de cada região conquistada, criava novos padrões linguísticos. E, embora constituíssem substratos para o latim, as línguas dos povos conquistados influenciavam o latim vulgar da península, tornando-o cada vez mais diferente da língua de Roma.

3. A romanização da península Ibérica

Os romanos, depois de vencerem os cartagineses, ampliaram o território, conquistando toda a faixa ocidental da Ibéria e impuseram o latim aos povos peninsulares conquistados. Para isto os romanos introduziram costumes de civilização que não eram conhecidos, abrindo escolas, construindo estradas, templos, organizando o comércio, o serviço de correio e outros. Impuseram com rigor o uso do latim nas transações comerciais e nos documentos oficiais. O latim, prestigiado como língua oficial, ensinada nas escolas, pôde suplantar as demais línguas faladas pelos peninsulares, que adotaram, por conseguinte, a língua do povo dominador.

Essa língua não era o latim clássico; era, pois, o latim vulgar, que, influenciado pelas línguas peninsulares, já não era também a língua falada em Roma. E as diferenças foram crescendo, à medida que as civilizações conquistadas adotavam por completo os costumes dos vencedores – isto é, romanizavam-se.

4. A queda do império romano e a dialeção do latim

No séc. V d.C., o Império Romano já em decadência é totalmente destruído pelas invasões góticas. Os bárbaros, como eram chamados pelos romanos, fizeram várias incursões, primeiramente ao Nordeste, e depois ao norte da península Ibérica.

Tal fato acelerou a dialeção do latim, que já vinha sendo influenciado pelos substratos linguísticos da península. Nesse período, ainda “pré-histórico”, instaura-se um verdadeiro caos linguístico, pois muitos são os falares – diletos do latim – que surgem nos diferentes reinos gótico-cristãos em que se transforma aquela parte da România Ocidental.

Os povos bárbaros, essencialmente guerreiros e de cultura diferente da dos romanizados, embora fossem vencedores, adotaram os elementos de civilização: a religião cristã, a organização político-administrativa, entre outros. Adotaram a língua latina, falada na península, apesar de abalar efetivamente a unidade político-cultural da região do antigo Império Romano, pois as escolas foram fechadas e novos elementos culturais foram introduzidos. Logo, a romanização chega ao fim, mas a latinização se fazia presente.

Depois da queda do Império, reinos gótico-cristãos foram estabelecidos.

O latim vulgar, já bastante modificado pela ação dos substratos peninsulares e influenciado pelo superstrato (língua do vencedor, preterida pela língua do povo vencido) – a língua dos germânicos –, dialetou-se, isto é, passou a se desenvolver independente e diferentemente em cada região.

No séc. VIII, a península, já sob o domínio visigótico, sofre a invasão dos árabes pelo Sul. Vindo do norte da África, os mouros maometanos – muçulmanos – invadiram e dominaram parte da península e, embora oficializassem a língua árabe, não coibiram a língua latina.

Esse estrato linguístico é para a língua latina falada pelo povo conquistado, na qual exerce bastante influência, um adstrato (língua do povo vencedor que não suplanta a do vencido).

Em algumas regiões (na Lusitânia, que hoje é Portugal) surge o *moçárabe* – mistura da dialeção do latim vulgar com o árabe e, portanto, um romanço (ou romance) cristão.

Nessa época, já se verificavam vários romances latinos, os quais praticamente se transformaram em línguas românicas e, mais tarde, nas línguas neolatinas existentes.

5. *A Reconquista da Península Ibérica e estabelecimento do Reino de Portugal*

O domínio árabe não conseguiu destruir um movimento de resistência cristã, cujos adeptos se refugiaram nas Astúrias, ao Norte da península e se organizaram para a reconquista, que aconteceu árdua e paulatinamente.

Estes cristãos, que partiram do Norte para o Sul, conquistando terras e expulsando os mouros, levam consigo um romance latino cristão – o galego-português –, que se encontra com o moçárabe mais tarde, de cujo contato surge a língua portuguesa.

Ao Norte da península, surgem a Galiza – dote que o rei de Leão e Castela, D. Afonso VI, ofereceu a D. Raimundo, ao se casar com sua filha legítima, D. Urraca, e o Condado de Portu Cale, feudo oferecido a D. Henrique, ao se casar com sua filha bastarda, D. Teresa.

A língua falada destas duas regiões era o romance galaico-português; a administração do Condado Portucalense era de responsabilidade de D. Raimundo aos cuidados de D. Henrique. Com a morte de D. Henrique, a viúva assume o poder, mas surgem problemas familiares e políticos, os quais obrigam o seu filho, D. Afonso Henriques, já senhor daquele condado, a tomar o poder e se proclamar rei do condado, que ele denomina reino de Portugal.

Depois de várias batalhas, os cristãos conseguem reconquistar as terras ocupadas pelos moçárabes na Lusitânia e estabelecem, até Algarve, os limites de Portugal, que só mais tarde é reconhecido pelo rei de Espanha.

6. *O Reino de Portugal e fundação da nacionalidade portuguesa*

Até que os mouros fossem expulsos totalmente, Portugal ia diferenciando-se cada vez mais da Galiza. E à medida que isto acontecia, o galego-português de Portugal, em contato com outros falares, o moçárabe

principalmente, se diferenciava mais e mais daquele falado na Galiza, que permanecia estacionário, empobrecido.

Nesse século XIII, de fundação da nacionalidade portuguesa e de delimitação de seu território, a língua portuguesa já apresentava uma língua literária – as cantigas medievais “de amor”, em galego-português.

É importante frisar que antes da segunda metade do século XIII, quando Portugal firmou seus limites ao conquistar Algarves, no extremo sul da península, a língua falada em Portugal já se distinguiu daquela falada na Galiza.

Desta língua não se tem registro, uma vez que, até então, escrevia-se em latim bárbaro (língua escrita de documentos oficiais, em que se observam indícios de uma linguagem oral), em documentos oficiais, e em galego-português, na poesia. Nesse período, denominado “proto-histórico”, que se estende até o século XII, já que se verificam muitos vocábulos portugueses em documentos escritos em latim bárbaro desde o século IX.

Daqueles textos em prosa, depreendem-se traços da língua portuguesa, que substituiu o latim bárbaro e o galego-português mais tarde.

Logo, o português existiu durante muito tempo sem ser escrito.

7. Síntese da história externa do português

Alguns autores dividem a história da língua portuguesa em fases ou períodos, cujos critérios são muitas vezes divergentes. Leite de Vasconcelos, em Coutinho (1976, p. 56-57):

- a) Época Pré-Histórica (das origens até o séc. IX) – surgem os primeiros documentos latino-portugueses, escritos num latim estranho (sem regras) – formação do romance falado na região;
- b) Época Proto-Histórica (do séc. IX ao séc. XII) – textos redigidos em latim bárbaro, nos quais se verificam palavras portuguesas, o que evidencia o romance galaico-português; e
- c) Época Histórica (a partir do séc. XII) – textos redigidos em português. Esta época deve ser dividida em duas fases: a arcaica (do séc. XII ao séc. XVI) e a moderna (a partir do séc. XVI).

Estabelece-se, na época histórica, a língua portuguesa, que se apresenta na escrita poética em forma de galego-português. A cantiga “No mundo non me sei parelha” ou “Cantiga da Guarvaya”, de Paio Soares Taveirós, tem sido considerado o 1º texto (1189 ou 1198) nesse galego-português.

Também é dessa época a cantiga de amigo, atribuída ao rei D. Sancho I, “Cantiga da Ribeirinha”. Essa trova, que provavelmente fora feita entre 1189 e 1199, quando D. Sancho I estivera na cidade da Guarda, em guerra, também pode ter sido o primeiro texto em português.

Cantiga da Guarvaya

No mundo non me sei parelha	parelha ⇒ igual, semelhante
mentre me for' como me vay	mentre ⇒ enquanto, ao passo que
ca já moiro por vos – e ay!	ca ⇒ pois, porque
mia senhor branca e vermelha,	
queredes que vos retraya	retraya ⇒ retrate, reporte, descreva
quando vos eu vi en saya!	saya ⇒ roupa íntima para dormir
Mao dia me levantei,	
que vos enton non vi fea!	
E, mia senhor, des aquel di' aya!	
me foi a mi muyn mal,	
e vos, filha de don Paay	
Moniz, e ben vuz semelha	semelha ⇒ parece
d'aver eu por vos guarvaya	guarvaya ⇒ manto de rei; respeito
pois eu, mia senhor, d'alfaya	d'alfaya ⇒ como mimo; prova de amor
nunca de vos ouve nem ei	
valia d'ua correa.	correa ⇒ correia; coisa sem valor

(*Apud* MATTOS E SILVA, 2001, p. 22)

Cantiga da Ribeirinha

Ay eu coitada, como vivo en gran cuidado
 por meu amigo que ei alongado! alongado ⇒ afastado; longe
 Muito me tarda
 o meu amigo na Guarda

Ay eu coitada, como vivo en gran cuidado
 por meu amigo que tarda e non vejo!
 Muito me tarda
 o meu amigo na Guarda

(*Apud* MATTOS E SILVA, 2001, p. 21)

Também pode ser considerado o 1º texto em português a cantiga de escárnio atribuída a Joam Soares de Paiva “Ora faz ost’o senhor de

Navarra”, que fora tardiamente encontrada e que pertencera a D. Sancho I. Esta trova, que é provavelmente de 1196 (ou 1200 ou 1214), faz referências às batalhas entre o rei D. Sancho VII, de Navarra, e os reis D. Afonso IX de Castela e D. Pedro II de Aragão. Sabe-se que o rei de Navarra saqueara as terras de Castela e de Aragão, aproveitando-se do fato de o rei de Castela estar distante, em Provença.

Ora faz ost’o senhor de Navarra

Ora faz ost’o senhor de Navarra, pois en Proenç’ est’ el-Rei d’ Aragon; non lh’ an medo de pico nem de marra Tarraçona, pero vezinhos son; nen an medo de lhis poer boçon e rir-s’ an muit’ Endurra e Darra; mais, se Deus traj’ o senhor de Monçon, ben mi cuid’ eu que a cunca lhis varra. Se lh’ o bon Rei varrê-la escudela que de Pamplona oïstes nomear, mal ficará aquest’ outr’ en Todela, que al non á /a/ que olhos alçar; ca verrá i o bon Rei sejournar e destruir atá burgo d’ Estela e veredes Navaros lazerar e o senhor que os todos caudela. Quand’ el-Rei sal de Todela, estrêa ele sa ost’ e todo seu poder; ben sofren i de trabalh’ e de pëa ca van a furt’ e tornan-s’ en correr; guarda-s’ el-Rei, come de bon saber, que o non filhe luz en terra alhêa, e onde sal, e s’ ar torn’ a jazer jantar ou se non aa cêa.	ost’ ⇒ hoste, exército, tropa pico, marra ⇒ armas de guerra Tarraçona ⇒ terras em Aragão boçon ⇒ arma de guerra: ariéte Endurra, Darra ⇒ terras em Aragão Monçon ⇒ terras em Aragão cunca ⇒ apelido de Pamplona escudela ⇒ apelido de Pamplona Pamplona ⇒ terras em Navarra Todela ⇒ terras em Navarra i ⇒ aí; sejournar ⇒ repousar Burgo d’ Estela ⇒ terras em Navarra lazerar ⇒ sofrer caudela ⇒ comanda estrêa ⇒ mostra sa ⇒ sua pëa ⇒ peia, amarra para os pés ca ⇒ porque filhe ⇒ alcance onde ⇒ donde; ar ⇒ alguém; jazer ⇒ ao [deitar]
--	---

(*Apud* MATTOS E SILVA, 2001, p. 21)

Na prosa, o primeiro texto escrito em português foi o Testamento de D. Afonso II, o terceiro rei de Portugal. Esse texto em prosa não artística foi escrito em 1214. Das 13 (treze) cópias que foram feitas, como consta no fim do documento, há uma no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), em Lisboa, e outra, no arquivo da Catedral de Toledo. Abaixo transcrevemos um trecho:

Testamento de D. Afonso II

En’ o nome de Deus, Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, seendo sano e saluo, temête o dia de mia morte, a saude de mia alma e a

proe de mia molier raina dona Orraca e de me(us)filios e de me(us) uassalos e de todo meu reino fiz mia mada p(er) q(eu) depos mia morte mia molier e me(us) filios e meu reino e me(us) uassalos e todas aq(eu)lãs cousas q(eu) De(us) mi deu en poder sten en paz e en folgãcia. Primeiram(en)te mado q(eu) meu filio infante don Sancho q(eu) ei da raina dona Orraca agia meu reino enteg(ra)m(en)te e en paz. E ssi este for morto sen semmel, o maior filio q(eu) ouer da raina dona Orraca agia o reino entegram(en)te e en paz.

E ssi filio barõ nõ ouermos, a maior filia que ouermos agia'õ...

(*Apud* MATTOS E SILVA, 2001, p. 22-3)

Segundo Coutinho (1976), o primeiro texto em prosa não-artística da língua portuguesa é o Auto da Partilha, que também é um testamento, de 1192. Contudo, essa data tem sido questionada e o texto não se apresenta totalmente em galego-português:

Auto da Partilha

In Christi nomine amen. Hec est notitia de partiçon, e de devisaõ que fazemos entre nos dos erdamentus, e dus Coutos, e das Onrras, e dous Padruadigos da Eygreugas, que forum de nosso padre, e de nossa madre, en esta maneira: que Rodrigo Sanches ficar por sa partiçon na quinta do Couto de Viiturio, e na quinta do Padroadigo dessa Eygreuga en todolos us herdamentus do Couto, e de fora do Couto: Vasco Sanchiz ficar por sa partiçon na Onrra Dulveira, e no Padroadigo dessa Eygreuga, en todolos herdamentos Dolveira, e en nu casal de Carapezus de Vluar, e en noutro casal en Agiar, que chamam Quintaa: Meen Sanchiz ficar por partyes do Padroadigo dessa Eygreuga, e no Padroadigo da Eyrega de Treysemil, e na Onrra e no herdamento de Darguiffe, e no herdamento de Lavorados, e no Padroadigo dessa Eygreuga; Elvira Sanchez ficar por sa partiçon nos herdamentos de Centegaus, e nas tres quartas do Padroadigo dessa Eygreuga, e no herdamento de Treyxemil, assi us das sestas, como noutro herdamento. Estas partiçoens, e divisões fazemos entre nos, que vallam por em secula seculorum amen. Facta Karta mensee Marcii, Era MCCXXX. Vaasco Suariz testis – Vermuu Ordoniz testis – Meen Fanrripas testis – Gunsalvu Vermuiz testis – Gil Dias testis – Dom Minon testis – Martim Periz testis – Dom Stephani Suariz testis – Ego Johanes Menendi Presbiter notavit.

(*Apud* COUTINHO, 1976, p. 68)

Além desse documento, de 1192, há também outro, o “Testamento de Elvira Sanches”, que seria de 1193, e a “Notícia do Torto”, que seria de 1206 ou 1211, sendo, portanto, os documentos mais antigos.

Entretanto, o padre Avelino de Jesus da Costa, em seu aprofundado estudo “Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico” (*Revista Portuguesa de História*, XVII, 1979, p. 263-310), digressiona acerca da datação daqueles textos, até então tidos como os mais antigos textos escritos em português, e

afirma que são do final do século XII os seus originais, escritos em latim, língua utilizada na elaboração dos documentos da época, e que as versões em galego-português são do século XIII, posteriores ao Testamento de D. Afonso II, cuja data é inquestionável.

8. *Conclusão*

Muito ainda se pode falar da trajetória do latim vulgar desde a queda do Império Romano até a fundação do Reino de Portugal, período em que se verifica uma parte da pré-história e toda a proto-história da língua portuguesa.

Nesse extenso período – sete séculos (do Séc. V ao Séc. XII –, uma série de fatos históricos, muitos fenômenos linguísticos de formação das línguas românicas e mudanças linguísticas de naturezas diversas foram fundamentais na história externa do português.

É a partir da descrição desses elementos que se pode ter uma compreensão sólida da língua portuguesa, solucionar vários impasses gramaticais e desmistificar certas asserções teóricas, além de desmitificar o que se afirma acerca da origem da língua.

Como se pode verificar, a língua portuguesa originou-se do romance galaico-português, mais propriamente, que constitui o conjunto de evoluções do latim vulgar, cuja reconstituição é polêmica, por ter sido uma língua essencialmente falada.

Não obstante, não se pode negar a possibilidade de se assinalarem semelhanças entre as duas línguas, apesar das diferenças que as particularizam. De fato, o léxico do português é basicamente o do latim vulgar, que sofreu profundas mudanças; a tendência à formação de paroxítonas no latim justifica o fato de o português ser uma língua paroxítona; a tendência ao analitismo latino determinou o fato de a língua portuguesa ser analítica; etc. Contudo, a lacuna entre a efetivação do latim vulgar e a do português é deveras grande e muitos foram os falares que se efetivaram durante os sete séculos de formação da língua portuguesa.

Para se chegar a esta conclusão, apresentamos uma breve história da língua portuguesa, acompanhada de digressões pontuais.

Estamos certos de que não se esgota neste artigo tal tema, mas esperamos ter contribuído para o estudo daqueles que se interessam pela história externa da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. Vol. I, História externa das línguas românicas. S. Paulo: Edusp, 2005.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CARVALHO, Garcia Dolores; NASCIMENTO, Manoel. *Gramática Histórica*. 3. ed., São Paulo: Ática, 1969.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

_____. *Fonética histórica do latim*. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

HAUY, Amini Boainain. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1989.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *O português arcaico: fonologia*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001a.

MATTOS, Geraldo; BOTELHO, José Mario. *Fundamentos históricos da língua portuguesa*. Curitiba: IESDE, 2008. (Videoaulas)

MAURER JR., Theodoro Henrique. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

NASCENTES, Antenor. *Elementos de filologia românica*. Organizado por José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Botelho, 2009.

NETO, Serafim da Silva. *História do latim vulgar*. Apresentação de Rosalvo do Valle. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Clássica, [1969?].

SILVA, José Pereira da. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2010.

SILVA NETO, Serafim da. *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Ao Livro técnico, 1977.

SILVEIRA, Sousa da. *Lições de português*. 10. ed., Rio de Janeiro: Presença, 1988.

TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos*. São Paulo: Ática, 1990.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad.: Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VASCONCELOS, Leite. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: [s.n.], 1926.